



FRENTE POR UMA NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA PARA O BRASIL

CONTRIBUIÇÃO À CONSULTA PÚBLICA Nº 95/2020  
PLANO NACIONAL DE ENERGIA 2050

1. APRESENTAÇÃO.

A Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil (FNPE), é uma articulação nacional que reúne de forma livre e espontânea um conjunto de organizações da sociedade civil. Sua missão é contribuir para a viabilização de uma nova política para o setor energético que responda adequadamente aos desafios do século 21 e seja baseada nos seguintes princípios: **participação popular; justiça socioambiental** com respeito aos direitos humanos, da natureza e à diversidade cultural; **eficiência energética; abandono dos combustíveis fósseis, da energia nuclear e de novas hidrelétricas;** diversificação da matriz energética - priorizando a **geração descentralizada com fontes renováveis de menor impacto;** e autonomia energética das pessoas e comunidades, na perspectiva do bem viver e da ecologia integral.

Como fruto de suas reflexões e discussões, esta Frente possui um conjunto de propostas para ações prioritárias que visam contribuir para o estabelecimento de mudanças efetivas na formulação, gestão, execução e controle social de políticas públicas, com foco no setor elétrico brasileiro e um dos eixos dessas propostas afirma a necessidade de um novo modelo de planejamento do setor energético, elaborado a partir da análise das necessidades da sociedade e das alternativas mais responsáveis socioambientalmente para o seu atendimento, para que o país tenha uma matriz que considere os benefícios e os riscos, os impactos e os custos sociais, econômicos e ambientais em curto, médio e longo prazo.

Desejamos que a presente consulta pública reforce para o Ministério de Minas e Energia a importância da participação da sociedade civil na construção e definição do planejamento energético e valorize as contribuições que esta lhe apresentar, deixando de lado a costumeira postura de “ouvir, mas não escutar”. A participação social não pode ser tomada como mero procedimento protocolar, mas deve ser conferida a devida consideração às sugestões, críticas, solicitações, recomendações e/ou protestos.

FRENTE POR UMA NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA PARA O BRASIL

SGAN 905, Conjunto B, Sala 03 - CEP 70790-050 - Brasília (DF)

Tel.: (98) 98125-0045 / (61) 3447-8722 / (61) 98202-2564.

E-mail: [c.energiaparavida@gmail.com](mailto:c.energiaparavida@gmail.com)

Site: [www.energiaparavida.org.br](http://www.energiaparavida.org.br) - Facebook: [www.facebook.com/energiaparavida](http://www.facebook.com/energiaparavida)

## **2. CONSIDERAÇÕES GERAIS RELATÓRIO DO PNE 2050.**

Apesar de sua extensão, o relatório ora em consulta pública não nos parece resgatar e consolidar de maneira adequada um processo que já dura sete anos desde a publicação do Termo de Referência do PNE 2050 em abril de 2013 (EPE - Nota Técnica DEA 05/13). Como produto desse processo, que entendemos ter sofrido necessários ajustes em função de mudanças no contexto político, econômico, social e avanços técnicos ao longo do tempo, também não nos parece fiel ao requerido no referido termo de referência.

Também não nos parece ter seguido adequadamente e com a mínima fidelidade ao proposto na Consulta Pública nº 65/2018: “Propostas para a elaboração do Plano Nacional de Energia Elétrica - PNE” para a qual também enviamos contribuição formal. Basta dizer que tal consulta pública previa, para além dos quatro Workshops citados no presente relatório, a realização de pelo menos quatro consultas públicas específicas sobre o PNE, que infelizmente não aconteceram.

A realização de tais consultas públicas poderia ter aumentado o caráter de participação de toda a sociedade civil no processo de elaboração e não apenas dos agentes que sempre são privilegiados pelo governo neste processo e tiveram a oportunidade de participar dos workshops. O governo brasileiro precisa abandonar a postura de abordar a política energética com exagero de tecnicidade para justificar a participação tão somente de agentes ou especialistas em seus processos de discussão. Para além dos agentes e empresas do setor, empresas de consultoria, academia, *think thanks*... existe um conjunto de atores que também precisam ser adequadamente envolvidos não apenas ao final do processo.

Em termos do que propõe, no geral consideramos o relatório decepcionante por não afirmar para 2050 a possibilidade de uma matriz de energia bem mais renovável, menos petrodependente, mais responsável socioambientalmente e mais respeitadora de direitos.

Consideramos que os dois únicos cenários adotados (Desafio da Expansão e Estagnação) são o ponto de partida para essa decepção, pois não rompem com um dos que,

**FRENTE POR UMA NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA PARA O BRASIL**

em nossa opinião, se constitui uma das deficiências do planejamento energético brasileiro: contentar-se em “correr atrás da demanda” e com isso ter um caráter sempre “ofertista”, acomodando tecnicamente as diversas opções ao puro crescimento da demanda. Acreditamos que o planejamento deva ultrapassar essa visão cômoda e passar a, por exemplo, se desafiar no sentido de estabelecer metas (viáveis técnica e economicamente) para as fontes desejadas, posição que reconhecemos o presente relatório parece chegar a repudiar.

Sob o pretexto da segurança energética, flexibilidade operativa e outros que acreditamos podem ser assegurados em um cenário diferente o plano parece não desejar romper com a configuração atual da matriz energética. Tanto que ele sequer se pergunta se seria possível uma matriz **energética** 100% renovável, resumindo-se a abordar esta possibilidade para a matriz **elétrica** (essa é uma confusão que percebemos muito nas discussões). Como falar em transição energética, em matriz de baixo carbono (ou de carbono zero) sem nos questionarmos também sobre a matriz de transportes? As recomendações do caminho proposto para a descarbonização chegam a ser risíveis ao não propor mudanças efetivas na matriz de transporte, por exemplo. Os modelos de projeção não são inteligentes o suficiente para isso? A conta é muito alta? Mas isso é possível? Quanto custaria?

Nossa sugestão geral nesse aspecto seria a projeção de vários outros cenários, como por exemplo (e pelo menos): a) **matriz energética 100% renovável**, b) **matriz elétrica sem nuclear**, c) **matriz elétrica sem nenhuma expansão hidrelétrica** (impossível?)...

Dado que estamos falando de pelo menos três décadas adiante, será se de fato não podemos ser mais ousados com nosso futuro? Nós acreditamos que sim e que a ciência e os recursos nos permitem isso. Aparentemente a decisão política e alguns *lobbies* parecem pensar diferente. Tais entraves fazem o presente plano cometer o que achamos verdadeiras infâmias: considerar o carvão como uma fonte ainda viável e desejável no horizonte de 2050, considerar a manutenção e a expansão da energia nuclear na fonte, não considerar muitos dos atributos socioeconômicos de fontes como solar e eólica, não ser mais agressivo na geração distribuída, manter geradores a biodiesel mesmo no cenário de uma matriz elétrica

**FRENTE POR UMA NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA PARA O BRASIL**

SGAN 905, Conjunto B, Sala 03 - CEP 70790-050 - Brasília (DF)

Tel.: (98) 98125-0045 / (61) 3447-8722 / (61) 98202-2564.

E-mail: [c.energiaparavida@gmail.com](mailto:c.energiaparavida@gmail.com)

Site: [www.energiaparavida.org.br](http://www.energiaparavida.org.br) - Facebook: [www.facebook.com/energiaparavida](http://www.facebook.com/energiaparavida)

100% renovável, quando sabemos que a maior componente deste ainda é o óleo diesel, entr outras.

### **3. ALGUNS QUESTIONAMENTOS.**

- 1) Em relação aos princípios para o setor de energia, onde ficou a “modicidade tarifária”? Dado que se abandone explicitamente este princípio, por que não promover uma descabornização bem mais agressiva (e mais cara) do que a prevista?
- 2) Como se pode considerar a “neutralidade tecnológica” como um princípio e continuar incentivando tecnologias que podem ser substituídas por outras sem que se abra mão da confiabilidade do suprimento?
- 3) Como falar em transição energética ou descarbonização da matriz se a perspectiva é de que a produção de petróleo no Brasil aponte na direção da consolidação deste como um grande produtor e exportador até 2050 (passando de 2,4 milhões de barris/dia para 6,1 milhões de barris/dia)?
- 4) Um dos cenários mostra que uma matriz elétrica praticamente 100% renovável pode ser alcançada no sistema centralizado em 2050 desde que a complementação de potência (de 77 GW a 85 GW de capacidade instalada em 2050) também seja feita a partir de fontes renováveis. Será se tal potência não poderia vir também da solar, eólica e da maremotriz, que possui um grande potencial estimado pela COPPE-UFRJ, como aponta o próprio relatório, mas parece não ter merecido nenhum tipo de projeção ou recomendação para o seu desenvolvimento?
- 5) O plano considera as usinas nucleares de Angra ainda em funcionamento em 2050. Por que não se pensar em seu descomissionamento, dado que a sua participação pode ser substituída, garantindo a confiabilidade do suprimento?

Apesar de modesta, esperamos que a presente contribuição seja devidamente apreciada e atendida pelo MME e um Plano Nacional de Energia 2050 diferente coloque o Brasil verdadeiramente na rota de uma necessária transição energética em sua matriz, que mesmo que não esteja completa em 2050, esteja bem mais próxima do que atual plano pretende nos colocar.